



Política brasileira vive o fim da era dos caciques

Na avaliação dos especialistas, episódio que pode levar à cassação de senadores indica esgotamento do modelo em que chefes regionais comandam o jogo

SILVIO BRESSAN

A crise no Senado, além de ameaçar o mandato de alguns cardeais do Congresso, marca o fim da era da política regional e clientelista, comandada pelos caciques locais, e o início de um ciclo inédito na vida institucional do País. Apesar de envolver figuras importantes do Legislativo, respingar no Executivo e resvalar até no Judiciário (pela participação dos procuradores no início do processo), o escândalo da violação do painel do Senado não provocou nenhum rumor sobre o futuro das instituições. Ao contrário, historiadores, políticos e especialistas em opinião pública acham que o episódio indica o amadurecimento da democracia e aponta para um tempo novo na política nacional.

Na avaliação geral, depois de 500 anos de história, o País tem finalmente uma Nação tão próxima do Estado que acabará criando um novo Estado. Em outras palavras, a opinião pública nacional tornou-se tão presente e eficaz que não poderá mais ser relevada. Mesmo caciques influentes, como os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA), já podem ser atropelados pela reação rápida e contundente do público, que não lhes dá margem para qualquer manobra.

"Estamos na primeira geração criada na plena democracia e próximos de um Estado-Nação, que nunca existiu na história do Brasil", avalia o historiador Jaime Pinsky, professor da Unicamp. Com o mesmo entusiasmo, o professor Carlos Guilherme Mota, titular de História Contemporânea na PUC-SP, USP e Universidade Mackenzie, comemora a afirmação do que ele chama de "nova sociedade civil", forjada na luta contra a ditadura (1964-1985), esculpida na derrotada campanha das Diretas-Já (1984) e amadurecida no impeachment do presidente Fernando Collor (1992).

"Hoje temos um novo tipo de cidadania, não pautada por alinhamentos ou ideologia", ressalta Mota. "São políticos novos ou reciclados, advogados, jovens promotores, jornalistas e outros que, sem preconceitos ou maniqueísmos, acabam formando uma opinião

pública mais crítica e independente." Nesse contexto, anota o historiador da PUC, os mecanismos democráticos vão sendo aprimorados até não sobrar mais espaço para o tradicional coronelismo, tão comum na história da política nacional.

"Estamos vivendo um momento de descolonização da política brasileira, que também é uma descolonização, uma saída do regime colonial", define o professor. "Essas coisas de caciques, dos governadores-gerais de províncias, como ACM e Jader, não combinam mais nem são aceitos pela nova cidadania."

Também para o professor Pinsky, políticos desse tipo estão com os dias contados: "Na essência, apesar de uma capa de modernidade que não convence ninguém, ACM é um político pré-1930, quando o País era governado pelos interesses regionais."

Até ali, continua o historiador da Unicamp, a política brasileira sempre girou em torno das oligarquias locais. "Só havia esse sentimento regional e a política era feita nesses moldes", anota Pinsky. A revolução de 30, continua ele, tentou quebrar esse poder regional, mas foi abandonada pelo presidente Getúlio Vargas, que acabou jogando o País na ditadura do Estado Novo (1937-1945).

Mesmo no período entre 1945 e 1964, comparam os historiadores e políticos, não havia o clima atual de democracia plena. "Era uma liberdade meio autoritária e sem os instrumentos de participação popular que existem hoje", considera Pinsky.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) concorda: "Foi um período de tentativas de golpes, como em 1954 contra Getúlio, de muitas ameaças e pressões contra os comunistas." Segundo ele, "nunca houve uma liberdade plena como agora, porque o processo de integração - se não quiserem usar o termo globalização - não internacionalizou só o fluxo financeiro. Internacionalizou também a luta das mulheres, dos direitos humanos e do respeito à democracia. Claro que sempre pode haver um retrocesso, mas no contexto atual isso seria insustentável."

Para o professor Guilherme Mota, essa lição de nova cida-



Em janeiro de 1984, uma multidão lota a Praça da Sé e começa a transformar em realidade a frase que o jurista Sobral Pinto, então com 90 anos, pronunciava no palanque: "Todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido"

dania começou a ser aprendida no processo de impeachment do presidente Fernando Collor. "O episódio Collor mostrou que o Estado não se apropria da Nação impunemente", explica o historiador. Logo depois, lembra ele, foi a vez de os deputados serem cassados, no escândalo do Orçamento (1994): "A cassação do presidente deu uma breve lição de revolução francesa, em que os cassadores foram sendo cassados em seguida."

Ditadura - Freire prefere recluir até a luta contra a ditadura, passando pela campanha das Diretas-Já, para explicar o atual momento político do País. "Na resistência ao regime autoritário, forjamos um espírito democrático tão forte que não dá para ter veleidades golpistas", acredita. "Isso se fortaleceu nas Diretas, quando a opinião pública perdeu na aprovação da emenda mas ganhou na luta contra o regime."

Depois de todo esse processo e do impeachment de Collor, ainda houve uma transformação na conjuntura internacional. "As mudanças das forças de produção e das relações pessoais, que se refletiram nas instituições, não foram compreendidas pelas nossas oligarquias", explica Freire.

Por isso, acreditam todos eles, o figurino autoritário e clientelista de ACM, Jader e outros caciques não se enquadra mais no cenário político atual. "É emblemático que esta crise tenha começado com a polémica entre Jader e ACM", avalia Mota. "Trata-se da despedida de uma era, da liquidação de uma época e de um conceito de política arcaica, o sentimento do 'pudê', do neopopulismo, do perfil autoritário e punitivo, tão característico na Sudam do Jader e na Bahia do ACM."

Nem mesmo dentro de suas bancadas, esses líderes conseguem manter sua influência. "A pressão da opinião pública hoje é muito maior do que o poder dessas lideranças", analisa o senador Carlos Wilson (PPS-PE), que recebe entre 400 e 500 e-mails por dia. "A população exige ética e o fim de toda a oligarquia, prepotência e autoritarismo que marcaram a nossa política", diz. "Político que não se encaixa nesse perfil não irá sobreviver."

O mais interessante, na opinião do senador Freire, é que

essa transformação do Estado foi feita com o apoio desses caciques, que se mantiveram no poder mesmo após a transição democrática. "Talvez sem muita consciência eles cavaram a própria sepultura", ironiza Freire. "Sem se dar conta de que precisava se dissociar do Estado, ACM quis trans-

plantar para o Brasil o que fazia na Bahia - porque lá também ele violava votos nas eleições para governador - e não conseguiu." Melhor compreensão, segundo Mota, tiveram as Forças Armadas. "Os militares ficaram traumatizados com o golpismo de algumas lideranças", analisa Mota. "E como todo mundo, eles não são impermeáveis à nova sociedade." Sem essa sombra, escândalos como o da Sudam e do painel deixam de ser uma ameaça institucional. "Pelo contrário, servem de oportunidade para fortalecer e proteger ainda mais as instituições", destaca Wilson. "Na verdade, essa crise é muito boa porque com ela vamos virar mais uma página na nossa história."

**FIGURINO
AUTORITÁRIO
NÃO TEM
MAIS LUGAR**